

O Parque do Povo em Presidente Prudente: uma discussão sobre os espaços públicos. Daniela Elias Zucherato; Orientador: Arthur Magon Whitacker. – Inter Áreas - Geografia - Departamento de Geografia – FCT Unesp – Presidente Prudente SP.

No presente trabalho propomos uma pesquisa de iniciação científica sobre o Parque do Povo, espaço público da cidade de Presidente Prudente. Priorizam-se aspectos de sua produção socioespacial, analisando os agentes envolvidos, a relação público-privado envolvida no processo de sua concepção e construção, bem como a conceituação de espaço público, discutindo seu sentido e as concepções de diferentes sujeitos sociais sobre o mesmo, numa tentativa de se compreender formas de uso e apropriação da área.

A área referente a nosso objeto de estudo possui aproximadamente 460 mil m², estando no sentido NW-SE entre as Avenidas Goulart e Brasil. Refere-se a um projeto do poder público de reurbanização da área, por se tratar de um fundo de vale, considerada degradada, de baixo aproveitamento e estética urbanísticos (Silva, 1994). Desse projeto constam: a canalização do Córrego do Veado e a instalação de infra-estrutura – melhoramento da paisagem, arborização, ampliação das avenidas no seu entorno – equipamentos de lazer – pistas de ciclismo, pedestres, skate, parquinho –, objetos para esporte, quadras, equipamentos de serviços – lanchonetes, banheiros.

A área refere-se a um espaço público, a qual antes de ser assim denominada fora alvo de um projeto de “recuperação dos fundos de vales”, iniciada no governo Walter Lemes Soares e continuada por Paulo Constantino – 1977 / 1981 – (Ikuta, 2007). Esse projeto constava no Plano Diretor, o qual em Presidente Prudente vigorou o de 1973 até 1996, referente à versão mais atualizada. O plano diretor é um instrumento que a política urbana utiliza para estabelecer questões de prioridade em âmbito municipal. Através deste houve a possibilidade de aquisição de recursos financeiros para a realização das obras, para as quais a justificativa era contribuir para o desenvolvimento urbano de Presidente Prudente e possibilitar uma melhoria à qualidade de vida das pessoas.

O espaço público – Parque do Povo – é a materialização de intervenções políticas e interesses sociais diversos iniciados no mandato do prefeito Paulo Constantino em 1976 (Silva, 1994). Materialização condiz com execução e implementação de projetos, que até então consistiam em esboços e aspirações, que para o poder público municipal, condizia com a vinda do progresso para a cidade, havendo a articulação para esse projeto, entre relações políticas e econômicas das esferas do Estado e do município representantes do poder e relações sociais. Relações políticas que englobavam negociações entre os mesmos, o que traria benefícios a nível nacional – projetos de melhorias urbanas – referentes a itens da política nacional, que equiparia as cidades com infra-estrutura, referentes aos novos impulsos de industrialização. A nível municipal – projetos de recuperação ou melhorias às áreas consideradas degradadas – pela proximidade aos fundos de vale, onde ambas seriam articuladas através do Projeto CURA. De acordo com Silva (1994), os objetivos do projeto CURA pela Resolução do Conselho de Administração – RCN. 7/73 eram:

- a realização de obras em melhorias urbanas e de comunidades, de acordo com as prioridades;
- a aglomeração urbana para melhor aproveitamento dessas melhorias;
- a diminuição da especulação imobiliária e do não aproveitamento de equipamentos urbanos de acordo com suas abrangências. Além da implantação de infra-estrutura e dos objetivos conforme mencionamos, tinha como critério o controle das diferenças de funções sociais das propriedades, causadas por práticas especulativas.

Relações econômicas que perante as negociações acima referidas e levantamentos prévios, foram estipulados valores de recursos que seriam disponibilizados ao poder público municipal conforme Hora, Silva (1991), pelo – FDU – Fundo de Desenvolvimento Urbano – através do Banco do Brasil e DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento (e a partir de 1977 os recursos são exclusivamente do CURA) para a concretização das obras.

Aspirações ou relações sociais que condiziam com a alternativa de um (novo) espaço de uso comum à população, com possibilidades de lazer e expansão da esfera do cotidiano através da vivência de

novas experiências; que condiziam com interesses específicos de parte da população – comerciantes / empreendedores / proprietários de imóveis no entorno, que almejavam lucros para seus investimentos pela implantação de infra-estruturas e melhorias na área – nas avenidas, na paisagem local –, pelo aumento do fluxo decorrente dessas melhorias, o que potencializaria o comércio / serviços. Interesses decorrentes de novas práticas ligadas ao uso do solo, através da comercialização, da reprodução do capital ou da especulação imobiliária, conforme pode-se observar pelas lojas nas avenidas, apartamentos, o que caracteriza uma mudança de usos no local.

A abrangência dos interesses sociais seguiria com as negociações, o que culminaria com a esfera de relações a nível local – municipal – entre o público e o privado. Isso se evidencia pelas ações do poder público e de agentes do mercado imobiliário, onde disponibilizam para o mercado, imóveis nas áreas próximas do Parque do Povo, os quais serão adquiridos por pessoas que detêm poder aquisitivo para tal. Essa é uma prática de apropriação do público pelo privado, já que os lucros serão direcionados a esse setor. Sendo, nesse caso a ação do poder público “favorável” ao mesmo, levando-se em consideração suas implementações técnicas, que segundo Silva (1994):

(...) “O poder público é agente importante nesse processo, pois através da alocação desigual de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos, direciona os processos especulativos e contribui para que ocorra um aumento do preço da terra.

Entre esses mecanismos podemos citar as leis de zoneamento (visam regulamentar o uso do solo na área urbana), as leis de parcelamento urbano (visam regulamentar os loteamentos, arruamentos e desmembramentos de terrenos), a cobrança do IPTU (também através do estabelecimento de alíquotas diferenciadas), etc”.

Para Gottdiener segundo a mesma autora (1994: 60): (...) “as atividades dos governos locais, inclusive projetos de planejamento, zoneamento e regulamentação do código de edificações, se tornam todas altamente políticas em favor de interesses imobiliários”, sendo, portanto, as transformações destinadas a abranger (mais) uma demanda com certo poder aquisitivo, o que pode-se chamar também de transformação do uso social naquele espaço.

Ainda sobre o papel marcante do poder público para tentativa de esclarecimento sobre a relação público-privado, é importante destacar a atuação do Estado, quando exerce poder sobre áreas públicas de uso comum, cedendo para uso e ocupações específicos, num processo de troca de favores com o setor privado. Isto implica na interpenetração das esferas públicas e privadas, num “jogo” de concessão de vantagens comparativas de um lado e, de financiamentos de outro. Esse processo pode ser exemplificado através de Miño (2002), que analisa a Lei 2187/81 municipal de Presidente Prudente e as conseqüências materializadas. Pela lei é possível a edificação de condomínios fechados em áreas urbanas ou rurais, caracterizados pela separação das respectivas áreas. Possibilita a concessão de áreas de uso comum – vias, áreas de lazer – ao uso especial dos respectivos moradores; a adaptação desses loteamentos a essa lei através de requerimento do proprietário; a não agregação de valor referente ao direito de uso restrito das áreas de uso comum no IPTU. Essa lei contribui para o conflito entre o público e o privado, suas atribuições, entre os direitos das pessoas sobre áreas urbanas de uso comum, para a segmentação social, para a privatização de espaços públicos. Contribui à interrupção dos direitos das pessoas enquanto habitantes da cidade, que tem por finalidade possibilitar o exercício de funções básicas aos seus moradores: a livre circulação, o trabalho, a habitação, a recreação. Ou seja, de certa forma implica na violação dos direitos cívicos, quando impede a utilização de espaços públicos que, se encontram sob domínio e usos privados.

O espaço público de acordo com Miño (2004) é a materialização de interesses diversos/divergentes e possibilitador das diferentes manifestações. Contribuem para a formação do espaço público as diferentes formas de dominação que vigoram no mesmo – a dominação política, com base no

poderio público e elites; a dominação econômica, que se dá pelas dinâmicas do capital; além das formas de apropriação, decorrentes das esferas do cotidiano, da vida, através das ações que compõem as relações sociais, dos sentidos e significados que compõem o imaginário social.

Para Gomes (2004), as características essenciais ao espaço público referem-se à capacidade de convivência entre as pessoas neste sem haver identificação total quanto aos mesmos aspectos: objetivos, atividades, sonhos, consciência, à possibilidade de os indivíduos estabelecerem um princípio de equivalência, visto que cada usuário possui sua personalidade como caráter diferenciador, independente de aspectos que venham a se acrescentar ao mesmo por influências ou por moldagens através do cotidiano. Esse autor coloca o sentido inicial dos espaços públicos – século XVIII – sendo o cenário para o acontecimento visual, a coexistência das disparidades. Menciona o sentido atual – moderno – onde as experiências, a convivência no contexto urbano se expressam como interação social através de regras, fenômenos intrínsecos a ele como uma linguagem urbana – valores, símbolos, identidade – os quais de certa forma não deixaram totalmente de se fazer presente na concepção atual do espaço público como outrora.

Na verdade, a questão dos espaços públicos e privados, as transformações não devem ser justificadas como atuação exclusiva do mercado e como consequência unilateral a privatização. Existe a co-participação do poder público, o qual é o “representante” desses espaços antes da participação do setor privado.

Ocorre um processo de descaso pelo próprio poder público. Este acaba por violar os direitos dos cidadãos quando concede domínio ao setor privado de áreas públicas, quando não regulamenta usos e não provê manutenção de serviços, contribuindo para uma imagem deteriorada dos bens públicos, à segmentação social, à retração dos espaços públicos, ao abandono, ao emudecimento, à própria destruição destes (Gomes, 2004). Pode-se entender esse processo como o desencadear de (des)atuações de uma fase de transição, ou de uma nova fase, pós-moderna, como um declínio da esfera pública ou como crise da democracia que tinha como prática e instrumento de base, a liberdade e (con)vivência nos espaços públicos (Oliveira, 1999).

Referências Bibliográficas:

CALIXTO, M. J. M. *O papel exercido pelo poder público local na redefinição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados – MS.* (tese) Presidente Prudente: FCT Unesp, 2000.

DUPAS, G. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado.* São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOMES, P. C. da C. *O silêncio das Cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão.* In: CIDADES: Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos – vol.1, n.1, 2004 – Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004 – v.2, n.4.

HORA, M. L. F.; SILVA, M. J. M. *Produção x Apropriação do Espaço Urbano. O papel exercido pelo poder público no processo de “valorização” de áreas urbanas: o exemplo do Jd. Caiçara e da Vila. Mathilde Vieira em P. Prudente – SP.* (monografia bacharelado) Presidente Prudente – SP: FCT Unesp, 1991.

IKUTA, F. A. *A cidade e as águas: a expansão territorial urbana e a ocupação dos fundos de vale em Presidente Prudente – SP.* Presidente Prudente: FCT Unesp, 2003.

MIÑO, O. S. *Os espaços da Sociabilidade Segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente.* Presidente Prudente: FCT Unesp, 2004.

MIÑO, O. S. *A participação do poder municipal no surgimento dos condomínios horizontais.* In: Conjuntura Prudente 2002. Everaldo Santos Melazzo; Raul Borges Guimarães (org.s) – Presidente Prudente: Gasperr / FCT Unesp, 2002.

OLIVEIRA, F. de. *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal.* In: Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (org.s) Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania – NEDIC – Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

SANTOS, B. S. *Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo*. In: Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (org.s) Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania – NEDIC – Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

SILVA, M. J. M. *O Parque do Povo em Presidente Prudente – SP. A lógica da intervenção do poder público local no processo de (re)estruturação do espaço urbano*. (dissertação) Presidente Prudente: FCT Unesp, 1994.